



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0009538-29.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Produto Impróprio**
 Exequente: **Luiz Fabiano da Silva**
 Executado: **Zona Sul Motors Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Diante da entrega da moto comprovada com o documento de fl. 11, bem como da manifestação da parte exequente às fls. 15/19, **JULGO EXTINTA a obrigação de fazer**, com fundamento no artigo 924, inciso II, do CPC.

Ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do CPC, fica anotado o trânsito em julgado na data de publicação desta sentença, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

No mais, tendo aportado nos autos o comprovante de depósito de 30% do valor do débito, com o pedido de parcelamento do restante, nos termos do art. 916, do CPC, e considerando a anuência do exequente às fls. 41/43. Defiro o processamento do pagamento na forma parcelada.

Fica suspensa a realização de atos executivos até ulterior decisão.

Registre-se que, nos termos do art. 916, §5º, do CPC, o não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente:

I - o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos;

II - a imposição ao executado de multa de dez por cento sobre o valor das prestações não pagas.

Providencie a serventia, comprovante do depósito judicial efetuado à fl. 36, através do Portal de Custas. Com a juntada, expeça-se guia de levantamento em favor da parte exequente.

Findo o prazo para o pagamento integral do parcelamento, tornem os autos conclusos para extinção do feito no que diz respeito ao valor aqui pretendido, nos termos do art. 924, II, do NCPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

P.I.

São Carlos, 11 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**